



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

DOI: <http://doi.org/10.20873/LEITURALEGAL>

LEITURA LITERÁRIA EM PRISÕES NA AMAZÔNIA LEGAL: UM PROJETO DE EXTENSÃO NA CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE ARAGUAÍNA/TO

LITERACY READING IN PRISONS IN THE LEGAL AMAZON: AN EXTENSION PROJECT AT PROVISIONAL PRISON HOUSE IN ARAGUAÍNA/TO

LECTURA LITERARIA EN CÁRCELES DE LA AMAZONÍA LEGAL: UN PROYECTO DE EXTENSIÓN EN LA CASA DE PRISIÓN PROVISORIA DE ARAGUAÍNA/TO

Walace Rodrigues ¹

Márcia Maria Soares de Souza Santos ²

Recebido 23/06/2024	Aprovado 03/04/2025	Publicado 23/05/2025
------------------------	------------------------	-------------------------

RESUMO: Este trabalho busca pensar sobre o ensino de jovens privados de liberdade a partir da nossa experiência na Casa de Prisão Provisória de Araguaína (CPPA), norte do Estado do Tocantins. Tal casa de prisão tem uma alta rotatividade de homens que, por diversos motivos, encontram-se encarcerados. Este trabalho tem cunho qualitativo e baseia-se em uma pesquisa bibliográfica a partir de nossas experiências na referida unidade prisional. Tivemos o objetivo de refletir sobre o que vem sendo desenvolvido sobre leitura literária na prisão, tomando essa instituição como um ambiente de possível escolarização. Temos a CPPA como nosso foco, localizada em um estado novo e que faz parte da Amazônia Legal, porém com problemas antigos. Pensar a educação neste contexto é investir na (re)construção

¹Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ, com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLit/UFNT). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins – GESTO, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – CAPES/CNPq. Membro do Grupo de Trabalho Estudos Linguísticos na Amazônia Brasileira (GT-ELIAB), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Linguística e Literatura (ANPOLL). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9082-5203>. E-mail: walacewalace@hotmail.com

²Licenciada em Letras/Português pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Mestra em Letras: Ensino de Língua e Literatura pelo PPGL/UFT. E-mail: marciamarianp@hotmail.com

do sujeito privado de liberdade e que busca novas perspectivas na sociedade. Vemos que as prisões podem, também, dotar os encarcerados de novos conhecimentos. Para Foucault (1987), a educação do preso é dever do Estado. Sendo uma preocupação para a sociedade e ainda uma possibilidade de aprender para o detento. Portanto, a educação é uma liberdade substantiva (SEN, 1990) e pode auxiliar na integração social (FREIRE, 1988), pois amplia as possibilidades dos indivíduos quando saírem da prisão. Sendo assim, a leitura literatura tem o poder de auxiliar e fazer a diferença na vida dos encarcerados. A leitura neste espaço pode produzir novas perspectivas para além do presente, sempre em busca de um futuro com mais possibilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Literatura; Leitura; Prisão como instituição escolar.

ABSTRACT: This paper seeks to think about the teaching of young people deprived of their liberty based on our experience at the Araguaína Provisional Prison House (CPPA), north of the State of Tocantins. This prison house has a high turnover of men who, for various reasons, are incarcerated. This work has a qualitative nature and is based on a bibliographic search based on our experiences in that prison unit. We aimed to reflect on what has been developed about literary reading in prison, taking this institution as an environment for possible schooling. We have CPPA as our focus, located in a new state and part of the Legal Amazon, but with old problems. To think about education in this context is to invest in the (re) construction of the subject deprived of freedom and who seeks new perspectives in society. We see that prisons can also provide prisoners with new knowledge. For Foucault (1987), the education of the prisoner is the duty of the State. Being a concern for society and still a possibility of learning for the detainee. Therefore, education is a substantive freedom (SEN, 1990) and can assist in social integration (FREIRE, 1988), as it expands the possibilities of individuals when they leave prison. Thus, reading literature has the power to help and make a difference in the lives of prisoners. Reading in this space can produce new perspectives beyond the present, always in search of a future with more possibilities.

KEYWORDS: Amazon; Literature; Reading; Prison as educational institution.

RESUMEN: Este trabajo busca pensar la enseñanza de jóvenes privados de libertad a partir de nuestra experiencia en la Casa de Prisión Provisoria de Araguaína (CPPA), al norte del Estado de Tocantins. Esta prisión tiene una alta rotación de hombres que, por diversas razones, están encarcelados. Este trabajo tiene un carácter cualitativo y se sustenta en una investigación bibliográfica basada en nuestras experiencias en la mencionada unidad penitenciaria. Nos propusimos



ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

reflexionar sobre lo que se ha desarrollado sobre la lectura literaria en prisión, tomando esta institución como ámbito de posible escolarización. Nos enfocamos en CPPA, ubicada en un nuevo estado que forma parte de la Amazonía Legal, pero con viejos problemas. Pensar la educación en este contexto es invertir en la (re)construcción del sujeto privado de libertad y que busca nuevas perspectivas en la sociedad. Vemos que las cárceles también pueden proporcionar nuevos conocimientos a los encarcelados. Para Foucault (1987), la educación de los reclusos es deber del Estado. Siendo una preocupación para la sociedad y también una posibilidad de aprendizaje para el recluso. Por tanto, la educación es una libertad sustantiva (SEN, 1990) y puede ayudar a la integración social (FREIRE, 1988), ya que amplía las posibilidades de los individuos cuando salen de prisión. Por lo tanto, leer literatura tiene el poder de ayudar y marcar una diferencia en las vidas de quienes están en prisión. Leer en este espacio puede producir nuevas perspectivas más allá del presente, siempre en busca de un futuro con más posibilidades.

PALABRAS CLAVE: Amazonía; Literatura; Lectura; La prisión como institución escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi escrito para a partir de nossa apresentação oral no Simpósio “Literatura e (con)figurações nas Amazôncias”, apresentado no XVII Congresso Internacional ABRALIC 2020 e informar sobre um projeto de extensão que abarcava a leitura literária no âmbito prisional.

Nosso objetivo principal foi levantar a bandeira da leitura literária em ambientes onde estão as pessoas privadas de liberdade como um mecanismo motivador e humanizador, tendo como caso específico a Casa de Prisão Provisória de Araguaína – CPPA, no norte do Estado do Tocantins.

Nossa pesquisa para este trabalho partiu de uma análise bibliográfica sobre leitura, literatura e educação em instituições prisionais e nossa análise foi qualitativa a partir das experiências do projeto intitulado “Do sujeito na prisão: desamparo e vulnerabilidade”, que teve sua execução em parte de 2016 e 2017.

Como nosso foco foi uma instituição prisional na cidade Araguaína, uma



ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

cidade de médio porte (com aproximadamente 173 mil habitantes), no norte do Estado do Tocantins e dentro da região da Amazônia Legal, acreditamos que as realidades ali presenciadas não devem se diferir muito das realidades de outras instituições prisionais da região norte do Brasil e de prisões situadas em cidades também medianas.

Deixamos ver neste trabalho a relevância da leitura literária e da educação escolar em geral para a formação e a humanização das pessoas privadas de liberdade detidas em prisões, compreendendo que a leitura pode ter um papel transformador na vida daquelas pessoas urgentemente necessitadas de ressocialização.

No entanto, compreendemos, também, que não somente a leitura e a educação escolar são elementos que por si só transformam completamente as vidas das pessoas, mas tais pessoas necessitam desejar mudanças para si e por meio da leitura e da educação encontram caminhos para facilitar tais mudanças.

LEITURA LITERÁRIA NA CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA (CPPA) DE ARAGUAÍNA/TO

Neste trabalho apresentaremos alguns desdobramentos das oficinas de leitura e escrita, realizadas entre setembro de 2016 e dezembro de 2017, em um projeto do curso de Licenciatura em Letras/Português, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Araguaína. Nesse período participamos do projeto intitulado “Do sujeito na prisão: desamparo e vulnerabilidade”, sob a responsabilidade do professor doutor João de Deus Leite e envolvendo a psicóloga Kathia Nemethz Perez, o assistente social Enos Passos de Sousa, Francisco Herbeth dos Santos Lima, chefe de segurança da CPPA, Francisco Noleto, chefe da CPPA, e a escrivã de cartório Kelly.

A Casa de Prisão Provisória de Araguaína (CPPA), localizada no norte do



ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

Estado do Tocantins, é um local de grande rotatividade de detentos, servindo como local de passagem para a maioria deles. No entanto, alguns marcados de morte ou que correm situações de perigo nos presídios da região ficam na CPPA por mais tempo.

Deixando ver como se desenvolveu o projeto, podemos dizer que, no começo, os funcionários da CPPA encontraram certas dificuldades em colocar o projeto em ação, uma vez que os agentes de segurança não queriam retirar os alunos de suas celas para as aulas. Diante disso, notamos que, nesse primeiro momento, houve uma certa resistência na aceitação do projeto. Trata-se de uma atitude compreensível, levando em conta que seria uma nova rotina para a casa prisional. Apesar da resistência, naquele momento, tínhamos a nosso favor o acolhimento do diretor, que nos deu todo apoio e do juiz Antônio Dantas de Oliveira Júnior, ainda que reconheçamos que o projeto tinha alguns pontos prematuros.

O assistente social e a psicologia buscaram diversos parceiros: uma faculdade privada, onde a psicóloga ministrava aulas; a Universidade Federal do Tocantins; a sociedade civil, que contribuiu com algumas doações; os graduandos dos cursos de Psicologia e de Direito da Faculdade Católica Dom Orione, entre outras pessoas e entidades. Ainda, uma graduanda do curso de Direito, que também era formada em Pedagogia, contribuiu para que outras disciplinas fossem ministradas na CPPA, preparando os jovens para realizarem a prova do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos para pessoas privadas de Liberdade - Ensino Fundamental e Ensino Médio (ENCCEJA) e a prova do Exame Nacional do Ensino Médio no Sistema Carcerário (ENEM-PPL). Também houve aulas em que envolvemos alguns professores da rede pública estadual para auxiliar-nos. A psicóloga Kathia também ministrava aulas de Matemática. Trouxemos o desejo de conseguir homens remidos por meio da educação, da leitura e da escrita.



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

Buscando um processo de instrução escolar, mesmo que com estrutura e ferramentas básicas, acreditávamos que a educação poderia mudar a vida daqueles homens da CPPA. Como bem salientou Paulo Freire (1988, p. 35), a educação pode libertar as pessoas de suas amarras de opressão:

A libertação, por isso, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se.

Acreditávamos que um homem “novo” poderia nascer de experiências como aquelas das de leituras literárias, de escrita, de Matemática, entre outras atividades educativas. Nesse sentido, vemos que o espaço prisional com aulas pode ser um espaço de superação de barreiras, em se tratando de novos saberes que podem modificar vidas a partir de uma atitude crítica sobre a situação de ressocialização.

Conseguimos muitos livros por meio de doações da comunidade, o que contribuiu significativamente para aumentar o acervo bibliográfico da CPPA. Além disso, com o tempo, mais livros foram chegando e as pessoas começaram a saber que a CPPA estava recebendo doações de livros. A psicóloga Kathia tinha feito uma solicitação ao MEC, há algum tempo, e recebemos, quando menos esperávamos, 500 livros atualizados e dos mais variados gêneros literários.

O ambiente onde começamos as aulas era uma sala onde os presos conversavam com seus advogados, uma sala minúscula e com paredes descamadas, pouco iluminada, mas foi o lugar mais adequado que conseguiram para que pudéssemos iniciar as aulas. Começamos com uns quinze alunos. As cadeiras eram grudadas umas nas outras para que coubessem mais alunos na pequena sala. Vinham à sala de dois em dois, algemados pés e mãos.

Com o passar do tempo, mudamos de sala, fomos para o espaço que servia



ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

para o repouso dos agentes, e, por conseguinte, houve um certo desconforto por parte desses profissionais, pois estávamos tomando o espaço de repouso deles. Contudo, vimos avanços na confiança dos agentes em relação aos detentos e ao projeto, pois os detentos já vinham apenas com os pés algemados e mãos livres. Neste momento os detentos já levavam cadernos e livros para dentro das celas, onde realizariam as atividades de casa.

No início das aulas, todos eram muito tímidos e havia um aluno que apenas observava os movimentos das aulas. Logo no começo das atividades letivas, fizemos um exercício de autorretrato, a fim de conhecermos um pouco sobre eles e compreendermos seus níveis em relação à Língua Portuguesa e outras disciplinas. Desejávamos descobrir onde iríamos focar nossos esforços. Então, vimos que a leitura era bem deficitária para a grande maioria, lembrando que nosso público vulnerável era, em sua maioria, composto por negros e pardos e vindos das margens da cidade. Com o rápido desenvolvimento da cidade, muitas famílias foram se afastando do centro para buscar casas nas bordas da cidade, lugares de residências mais baratas.

Percebemos, também, que o contato dos detentos da CPPA com a escola foi mínimo, pois logo adentraram ao mundo da criminalidade. Vimos que muitos tinham dificuldades em pronunciar certas palavras, mas sempre havia algum colega que tinha um nível melhor de leitura e fruição e acabava ajudando os que tinham mais dificuldades.

Podíamos notar que havia uma parceria entre eles. O respeito de professor para com alunos e vice-versa sempre foi o foco central de nossas aulas e as participações eram feitas de acordo com o momento em que um aluno terminava de falar e o outro começava a enunciar. Muitas vezes eles pediam para ler livros de autoajuda, ficção científica e romances policiais. Como eram os títulos que mais chamavam a atenção deles, nós os apoiávamos. É importante ressaltar que alguns

relatavam que aquele momento era quando eles mais sonhavam, isso é, com a literatura permeando a vida deles.

Como salientou Cosson (2018, p. 36) a respeito da aquisição de conhecimentos por meio da leitura, “a leitura é assim, um processo de compartilhamento, uma competência social”. Sendo assim, mesmo que não estivéssemos lendo um cânone, estávamos adquirindo conhecimentos valiosos para futuras vivências fora dos muros da CPPA. Com isso podemos perceber uma função importante da literatura é a fantasia, pois ela nos permite ultrapassar barreiras, ultrapassar os muros da prisão, as grades da cela e sonhar com uma nova realidade, buscar novos objetivos, conhecer novos locais e ter novas percepções sobre determinados temas lidos.

Sobre a experiência com este mesmo projeto “Do sujeito na prisão: desamparo e vulnerabilidade”, Márcia Santos, Patrícia Morais e Wallace Rodrigues relatam:

Pensamos em trabalhar a leitura literária como amparo social, promover discussões, rodas de leituras e produções. Levando em conta a subjetividade de cada sujeito e sua historicidade. Cada sujeito daquele espaço carregava consigo um percurso de vida e levamos a bom termo cada oralidade enunciada na “cela de aula”. Fizemos o encontro deles com grandes nomes da literatura brasileira; José de Alencar, Machado de Assis, entre outros. Trabalhamos questões políticas, assistimos filmes que retratavam a natureza e a fé em Deus. Tiveram encontros com outros professores: de Matemática, de História, de Língua Portuguesa e até acadêmico de Direito. Todos buscando somar forças para auxiliá-los. Sabemos que a Literatura tanto projeta, quanto transforma, pois ela é uma teia de informações. E o tempo de aprisionamento é período propício para apresentação de uma nova cultura através dos livros: a Literatura. (Santos; Morais; Rodrigues, 2019, p. 2711)

Nesse mesmo caminho de utilização da leitura literária com objetivos humanistas, Taís Carvalho e Antônio Ferraz informam-nos sobre alguns conhecimentos que tal leitura pode nos proporcionar:



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

[...] podemos pensar que a leitura literária conduz o leitor a diferentes possibilidades de caminhos, na sua maioria, desconhecidos, em que esse terá a oportunidade de se deparar com questões que o acolhem e/ou o colocam diante do enigma que é a vida, mesmo que essa leitura seja uma atividade “inocente” e não um exercício crítico. Isso posto, arriscamos afirmar que seja qual for o tipo de atividade de leitura literária realizada, esta conduzirá o leitor a construir-se como ser humano, visto que esse passa a dialogar com a obra, re-criando tempos, espaços, imagens, fazendo com que a própria narrativa lida passe a ser incorporada a sua vida. (Carvalho; Ferraz, 2019, p. 271)

Michèle Petit nos fala sobre o refletir sobre si mesmo por meio da leitura, sendo atravessado pela leitura ao ponto de nos tocar a “alma” e nossos sentimentos, num verdadeiro “trabalho psíquico”:

O que está em jogo a partir da leitura é a conquista ou reconquista de uma posição de indivíduo. Pois os leitores são ativos, se aproximam do que leem, dão outro significado aos textos lidos, deslizam seus desejos, suas fantasias e suas angústias entre as linhas, desenvolvem toda uma atividade mental. Na leitura há algo mais do que o prazer, algo que é da ordem de um *trabalho psíquico*, no mesmo sentido de quando falamos em trabalho de luto, trabalho de sonho ou trabalho de escrita. Um trabalho psíquico que permite encontrar um vínculo com aquilo que nos constitui, que nos dá vida. (Petit, 2013, p. 68, grifos da autora)

Informamos, ainda, que um dos nossos focos neste trabalho é a leitura literária como meio de remição de pena por meio da leitura, mas isso é somente uma parte da educação que deveria ser oferecida aos detentos. A lei 12.433/2011 garante aos reeducandos uma parte de seu tempo de estudo ou trabalho em troca da redução da pena. Tal lei traz:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º - A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:
I – 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias. (BRASIL, 2011)

Nesse sentido, a leitura literária pode participar ativamente do processo educacional dos privados de liberdade, deixando compreender a leitura e a escrita críticas como pontos de partida para uma ampliação da visão de mundo de cada um e uma compreensão de sua situação subalterna enquanto privados de liberdade, fazendo com que os detentos busquem educar-se para sair de situações de vulnerabilidade no futuro.

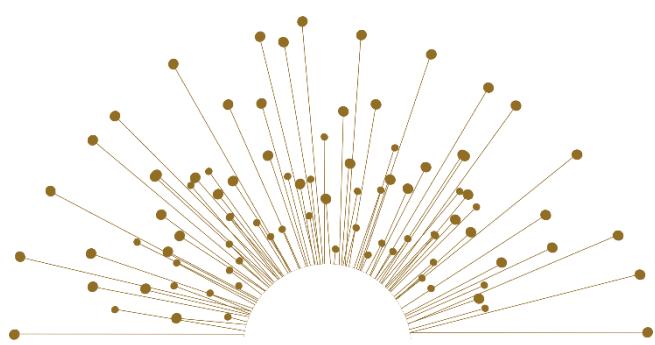
Pensamos que as instituições prisionais não podem ser lugares onde se agrava a degradação das condições de humanidade das pessoas detidas nelas, mas deve ser um lugar de ressocialização. E a leitura literária pode auxiliar neste sentido, como nos diz Antonio Candido:

Entendo aqui por **humanização** (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o **exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, cultivo do humor**. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (Candido, 2004, p. 180, grifo nosso)

Nesse horizonte que nos abre Candido, a literatura tem o poder de nos aproximar do mundo sensível que nos cerca e fazer com que pensemos sobre o que podemos fazer com ela em nossa esfera humana e diária.

Tereza Colomer deixa-nos ver que uma educação literária deve ter, também, um caráter profundamente humanizador, fazendo com que o estudante “aprenda a viver”, instaurando formas de conhecimento sobre seu mundo através das linguagens:

[...] o objetivo da educação literária é, em primeiro lugar, o de contribuir para a formação da pessoa, uma formação que aparece ligada indissolvelmente à construção da sociabilidade e realizada através da



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

confrontação com textos que explicitam a forma em que as gerações anteriores e as contemporâneas abordaram a avaliação da atividade humana através da linguagem. (Colomer, 2007, p. 31, grifo nosso)

Lembramos, ainda, que tomamos a leitura literária na CPPA também como um elemento importante de educação na prisão, pois dela pode nascer um olhar crítico sobre vários temas. Cândido também nos fala da literatura como poderoso objeto de educação escolar das pessoas:

[...] nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. **A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.** Por isso é indispesável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. (Cândido, 2004, p. 175, grifo nosso)

Para o pensador indiano Sen as “necessidades básicas” vão além da posse de mercadorias e bens, mas devem englobar possibilidades, funcionamentos, capacidades e liberdades para que as pessoas possam modificar suas vidas, daí o foco do projeto em educar através da leitura literária e da escrita. Para Sen, capacidades, como a educação escolar, por exemplo, são importantes para uma possibilidade de mudança de vida:

A visão da vida humana vista como uma combinação de vários funcionamentos, capacidades e a análise da liberdade humana como uma característica central da vida fornecem uma rota fundacional diferente para o exercício avaliativo. Essa base informacional contrasta com as bases avaliativas incorporadas nos fundamentos mais tradicionais usados na economia do bem-estar. A literatura sobre “necessidades básicas”, na verdade, tendeu a sofrer um pouco com as incertezas sobre como as necessidades básicas deveriam ser especificadas. As formulações originais muitas vezes tomavam a forma de definir as necessidades básicas em termos de necessidades de certas quantidades mínimas de produtos essenciais, como alimentos, roupas e abrigo. Se este tipo de formulação é



ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

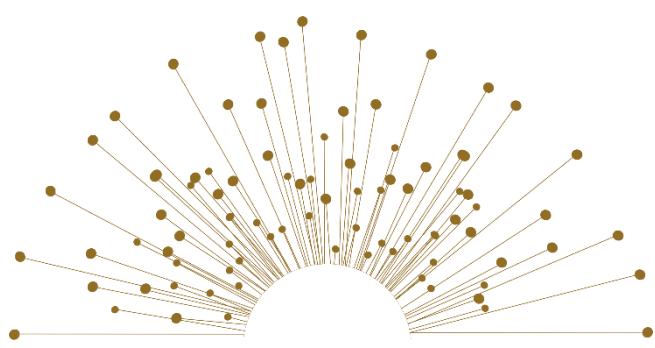
usado, então, a literatura permanece aprisionada aos moldes da avaliação centrada no produto e, de fato, ela é acusada de adotar uma forma de “fetichismo da mercadoria”. (Sen, 1990, p. 47, tradução nossa)

Renata Domingos fala-nos um pouco sobre os pensamentos de Sen em relação às capacidades e liberdades das pessoas em relação ao seu bem-estar. Ela informa-nos que:

Em síntese, para se garantir o desenvolvimento de uma pessoa, o investimento não pode ser só monetário, porque discutir a igualdade de oportunidades pressupõe analisar a desigualdade do leque de capacidades de cada pessoa, e as desiguais possibilidades reais que ela tem para fazer as escolhas para ter uma vida em que realize os funcionamentos que mais lhe interesse e lhe tragam bem-estar. (Domingos, 2014, p. 10-11)

Nesse caminho, a abordagem de Amartya Sen (2010) não tem como ponto central o desenvolvimento econômico e monetário, mas um desenvolvimento que deve estar ligado aos aspectos sociais, e um destes aspectos é a educação. Assim, mais educação pode dar acesso mais fácil a oportunidades sociais de participação política, de saúde, de bens culturais etc. Além de uma visão crítica das realidades que nos rodeiam e que podem ser modificadas a nosso favor e em favor da comunidade.

Na perspectiva seniana, os exercícios frequentes de leitura literária e de escrita encontraram aqueles homens privados de liberdade da CPPA, trazendo uma nova possibilidade de vida em relação à educação escolar. Ademais, a leitura realizada para a remissão de pena também é um incentivo para quem vive naquele encarceramento. Quando falamos que a leitura pode ser um mecanismo de transformação, pudemos verificar que os gêneros literários que mais interessavam aos privados de liberdade eram a autoajuda e a ficção científica. Tais gêneros tocam a vida dos detentos, pois partem de suas realidades de flagelo e dão-lhes uma visão esperançosa de futuro, mesmo que fictícia. Sobre a educação escolar a partir de situações reais, Wallace Rodrigues diz-nos que:



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

[...] defendemos que as práticas educacionais escolares devem ser um reflexo das situações concretas vividas pelos estudantes. Essas situações servem como ponto de partida para os conteúdos a serem ensinados e como exemplos destes conteúdos. Tais conteúdos explicados a partir das vivências dos alunos devem fazer com que eles se tornem seres realmente pensantes, indagadores e críticos. Neste sentido, acreditamos que a criticidade não é algo negativo, como nos foi ensinado durante todo o período da ditadura militar no Brasil, mas ela deve levar-nos a pensar com mais afinco e a buscar mudanças positivas em nosso meio. (Rodrigues, 2018, p. 36)

Na mesma direção, Lucia de La Rocque vê grandes potencialidades educativas a partir da leitura de livros de ficção científica. Ela nos diz que:

Pensadores brasileiros também identificam potencialidades da ficção científica que está presente não só na literatura ou em produtos de mídia da indústria cultural, como também no comportamento e em diferentes setores do cotidiano e da cultura, esclarecendo o mundo contemporâneo. Atuar no campo da educação da imaginação é investir no fomento de futuros alternativos, o que em alguma instância visa quebrar o ciclo da desigualdade social que é mais severa quando os indivíduos estão distantes da escola. (La R0que, 2012, p. 75)

Assim, podemos pensar que os gêneros ficção científica e autoajuda são leituras que servem para os privados de liberdade como “válvulas de escape” e “células de esperança”. Tais gêneros falam de um futuro melhor ou de uma realidade outra, diferente daquela que eles participam no momento de confinamento.

Devemos pensar, ainda, sobre o acervo literário existente na CPPA e as possibilidades de sua expansão, trazendo obras literárias dos mais variados gêneros e incentivando os privados de liberdade a lerem mais e com prazer, não somente pensando na remissão de pena.

Além do que já dissemos, vemos que a leitura literária pode plantar “incertezas” na cabeça dos leitores privados de liberdade, despertando, também, para questões sociais e éticas. Neste mesmo sentido, Lucilene Cury comenta sobre

a esperança do filósofo Edgar Morin em relação ao homem e seus potenciais de se auto abstrair, até em relação à ética:

Trata da incerteza como condição natural do pensamento e da produção humana. Fator gerador do avanço das ciências e do entendimento da espécie e do planeta, a incerteza presente em tudo que foi criado pelo homem enfatiza a necessidade de consciência e de compreensão da nossa condição de seres humanos, bem como da consciência ética e da sociedade. No seu pensamento integrado, ele não separa o ser humano, que denomina sujeito responsável de suas atitudes em relação a si mesmo, do mundo e das coisas. Por isso, também a ética faz parte do ser e do agir na sociedade. Nesse sentido, as finalidades não são impostas como nas sociedades individualistas. (Cury, 2012, p. 44-45)

Outro ponto importante seria verificar a possibilidade de se ter mais projetos voltados para o incentivo à leitura literária nas prisões, principalmente quando a leitura pode deixar os caminhos abertos para a continuação da educação escolar, como no caso do projeto “Do sujeito na prisão: desamparo e vulnerabilidade”. Pois, como nos dizem Anna Maria Cintra e Lílian Passarelli, a leitura nos traz muitas possibilidades de conhecer o mundo e de nos conhecermos:

A experiência da leitura tem mostrado que, de várias maneiras, **a leitura pode contribuir para melhorar a vida das pessoas**. Num aspecto plural, dizemos que ela é um meio indiscutível para se ter acesso ao saber, contribuindo para dar sentido à vida escolar, social e profissional. Mas também um meio de transportar o leitor para outros mundos, aguçar sua imaginação. (Cintra; Passarelli, 2011, p. 34, grifo nosso)

Podemos pensar, também, na leitura literária como uma forma de reintegração do privado de liberdade na sociedade, onde ele retornará um dia e, esperamos, influenciado por suas leituras e aprendizados positivos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou compreender a leitura literária e a educação crítica que advém dela como uma liberdade substantiva, a partir do pensamento de Amartya



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

Sen (1990) e como elemento vivencial que pode auxiliar na integração social (cf. FREIRE, 1988) dos privados de liberdade da CPPA. Isso porque acreditamos que a leitura literária pode ampliar as possibilidades educativas dos indivíduos quando saírem da prisão, incentivando-os a continuarem uma caminhada educacional que lhes possibilite novas capacidades para uma vida mais crítica na sociedade.

Desta forma, vimos que a leitura literária tem o poder de fazer a diferença na vida dos encarcerados, principalmente quando os instiga a ler e a aprender mais e mais. A leitura nestes espaços prisionais pode produzir novas perspectivas de um futuro com mais possibilidades. Mas não sejamos ingênuos, pois a leitura é somente uma porta para uma larga gama de conhecimentos, como nos aponta Michèle Petit, mas ela sozinha não pode mudar o mundo em que vivem os privados de liberdade:

A leitura pode contribuir em todos os aspectos [...] acesso ao conhecimento, apropriação da língua, construção de si mesmo, extensão do horizonte de referência, desenvolvimento de novas formas de sociabilidade... e em outros que, com certeza, estou esquecendo. **Por meio da difusão da leitura, cria-se um certo número de condições propícias para o exercício ativo da cidadania. Propícias, necessárias, mas não suficientes.** Mais uma vez, não sejamos ingênuos (Petit, 2008, p. 103, grifo nosso).

Vale lembrar o caráter interventivo do projeto “Do sujeito na prisão: desamparo e vulnerabilidade”, que faz com que estudantes, professores, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, possam ativamente trabalhar em benefício da ressocialização dos detentos pela via da educação, mais precisamente pela via da leitura literária.

Outro ponto importante de destacar, para concluir este texto, é que o referido projeto de leitura literária atingiu um público extremamente carente de informação, sem acesso a meios de comunicação de massa e onde os livros podem ter papel fundamental na transformação crítica da visão dos privados de liberdade.

REFERÊNCIAS



ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12433.htm Acesso em 02 dez. 2020.

CANDIDO, A. O direito à literatura. IN: **Vários escritos**. 4^a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, pág. 169-191.

CANDIDO, A. **A literatura e formação do homem**. Conferencia pronunciada na XXXIV reunião anual SBPC, São Paulo, 1972. Acesso em 4 de dezembro 2020.

CARVALHO, T. S.; FERRAZ, A. M. G. A leitura literária como travessia para um educar poético. **Revista EntreLetras (Araguaína)**. Universidade Deferal do Tocantins - UFT. 10(2), pag. 268-282, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2179-3948.2019v10n2p268> Acesso em 05 dez. 2020.

CINTRA, A. M. M.; PASSARELLI, L. C. Funções sociais da leitura. **Leitura e produção de textos**. São Paulo. SP. 2011.

COLOMER, T. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, R. **Círculos de Leitura e letramento e literário**. 1^a ed, 2^o reimpressão. São Paulo: Context, 2018.

CURY, L. Revisitando Morin: os novos desafios para os educadores. **Comunicação & Educação**. Ano XVII, n. 1, pág. 39-47, jan/jun 2012.

DOMINGOS, R. M. Programa Bolsa Família: críticas à política pública que busca assegurar o direito ao desenvolvimento. IN: **Anais do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI**. Direito econômico, energia e desenvolvimento. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 22-41.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: histórias da violência nas prisões. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LA ROQUE, L. de. Literatura e imagens de ficção científica: perspectivas entre as



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 8, n. 1, Jan-Abr., 2025

ciências e as artes, relações possíveis para a formação de professores no ensino de ciências. **A voz e o olhar do outro**: volume IV / organizadora Leila Assumpção Harris. Rio de Janeiro: Letra Capital. Programa de Pós-graduação em Letras UERJ. Vol. 4, pág. 72-83, 2012.

PETIT, M. **Leituras**: do espaço íntimo ao espaço público. Trad. Cecília Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. Trad. Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2008.

RODRIGUES, W. Educação situacional: ensinar a partir de situações reais. IN: **Revista Acadêmica Magistro**. Vol. 2, N. 18, 2018, pág. 25-37.

SANTOS, M. M. S. de S.; MORAIS, P. K. de; RODRIGUES, W. Relato de experiência: a importância da leitura como ato na Casa de Prisão Provisória de Araguaína. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. **Revista Philologus**. Anais da XIV JNLFLP, ano 25, n. 74. Rio de Janeiro: CiFEFiL, pág. 2710-2723, set./dez. 2019.

SEN, A. Development as Capability Expansion. IN: **Human Development and the International Development Strategy for the 1990s**. Griffin, Keith and Knight, John (Eds), 1990.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.